

A economia cresce. Mas com moderação.

O presidente da CNI diz que há crescimento, mas inexpressivo diante da queda em 83. Outros empresários põem em dúvida os números do IBGE e prevêem um PIB negativo.

A economia está mesmo crescendo? Empresários, como Albano Franco, presidente da Confederação Nacional da Indústria, baseando-se em números oficiais, dizem que sim — embora ressaltando que o crescimento é inexpressivo, pois tem por base o péssimo desempenho do ano passado. No mesmo sentido, pronunciou-se ontem no Rio o presidente da Federação Nacional dos Diretores Lojistas, Salomão Schubert, afirmando que o comércio vem registrando recuperação lenta e segura. No entanto, os cálculos da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul apontam uma queda de 1,4% no Produto Interno Bruto este ano.

Em Recife, Albano Franco fez um discurso surpreendentemente duro em relação à política econômica, durante a 18ª Convenção Nacional das Empresas de Supermercados. Numa aparente resposta a recentes declarações do ministro Delfim Neto, segundo as quais a atual orientação é um sucesso, Albano Franco disse ser ilusório “cantar superávits comerciais quando a economia permanece globalmente desaquecida, e continuam presentes os terríveis desníveis regionais e salariais”.

— Seríamos incompetentes e talvez insensatos se, para explicar ou justificar a crise econômica, social e política que atravessamos, culpássemos apenas o choque do petróleo e a alta dos juros internacionais nos anos 70. A verdade é que o Brasil, como outros países da periferia subdesenvolvida, é responsável por fatos que não soube ou não quis avaliar e prever.

Disse sempre ter alertado os dirigentes do País para os males da recessão, quando a economia entrou em desaquecimento no final de 80: “Ao invés de evitar a recessão, montou-se oficialmente uma estratégia que, além de não derrotar a inflação, deixou as populações mais pobres, inquietas e desesperadas”.

Observando que o governo não estancou a alta dos preços, não ordenou as contas externas e não reciclou o modelo energético na dimensão desejada, Albano Franco ponderou que o aumento “escandaloso” da dívida externa nos últimos anos não foi apenas erro de cálculo e avaliação. “mas o sucesso da política de dependência, que leva o Brasil a financiar e cobrir os déficits dos países industrializados, desenvolvidos, e imobilizar sua própria soberania”. Acrescentou que o País “está trabalhando para enriquecer banqueiros internacionais que castigam o povo brasileiro com juros extorsivos”.

O governo não soube ajustar a economia, “ficando a reboque dos acontecimentos, não por falta de ponderações e advertências”.

“Submissão preocupante”

Em Porto Alegre, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Octávio Vieira — que esteve por 30 dias afastado do cargo, tratando de assuntos pessoais —, reassumiu suas funções ontem, dizendo que as últimas decisões do Conselho Monetário Nacional, terminando com o crédito-prêmio às exportações, liberando importações e submetendo toda a política financeira às necessidades de rolagem da dívida pública, “significam a entrega final de nossos maiores interesses à vontade do FMI, o grau de submissão do País torna-se preocupante”.

As taxas de juros deverão continuar crescendo, a atividade especulativa será ainda mais incentivada, a indústria nacional ver-se-á cada vez mais defasada tecnologicamente em relação à dos países desenvolvidos e o Brasil, “em vez de ser um industrializado terceiro-mundista, como sempre almejamos, talvez passe a mero exportador de matérias-primas e importador de alguns produtos manufaturados”.

Vieira disse que é também desalentadora a afirmação do presidente Figueiredo de que 1985 será pior para a economia do que este ano, embora seja compreensível que a afirmação tenha sido feita levando em conta o início de um novo governo. De qualquer maneira, “a inflação prossegue tragicamente fora de controle, e é impossível acreditar nos dados do IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do Banco Central com relação ao crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) para este ano”. As estatísticas da Fiergs indicam que o PIB terá um crescimento negativo de 1,4% em relação a 83 graças à contenção da base monetária em 90%; caso fosse mantida a meta de expansão de apenas 50%, o crescimento negativo do PIB seria, neste ano, de 3,7%.

A hipótese levantada pelo secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Donald Regan, de capitalização da dívida brasileira em risco, “não significa, na prática, grande coisa”. Isto porque os bancos certamente exigirão uma série de mudanças no tratamento do capital investido, como maior liberdade para remessa de lucros das empresas multinacionais, abertura maior para as importações e reestruturação geral das regras atuais de mercado.

— Não podemos esquecer a realidade nacional que nos foi imposta pela recessão econômica, cuja fragilidade em todas as atividades produtivas transforma o setor estatal em cidadela contra movimentos de ingresso espoliativo do capital estrangeiro. Aliás, os defensores da teoria conspiratória da história acreditam que a recessão tem o objetivo de favorecer a desnacionalização. Sem sermos partidários desta visão, mas também sem desconhecermos seus efeitos, independentes da existência ou não de objetivos predeterminados, resta-nos constatar a anemia decretada para as empresas privadas, tanto do setor industrial como da agricultura, e com os conhecidos reflexos sobre a atividade terciária, especialmente o comércio. O fato é que, hoje, assistimos impotentes ao deslocamento do crédito antes dirigido aos setores produtivos, para a especulação financeira.